

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
ESPECIALIZAÇÃO E GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

CLÁUDIA CRISTINA OLIVEIRA DE LIMA

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA FERRAMENTA NA CONTABILIDADE
GERENCIAL

NATAL/RN

2014

CLÁUDIA CRISTINA OLIVEIRA DE LIMA

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA FERRAMENTA NA CONTABILIDADE
GERENCIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitário do RN
como requisito final para obtenção do título
de Especialista em Gestão Fiscal e
Tributária.**

Orientador: Prof.^a Izabel Coelho, Msc.

NATAL/RN

2014

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Lima, Cláudia Cristina Oliveira de.

Planejamento tributário : uma ferramenta na contabilidade gerencial. /
Cláudia Cristina Oliveira de Lima. – Natal, 2014.
25 f.

Orientador: Profº. Me. Izabel Coelho.

Monografia (Pós-Graduação em Gestão Fiscal e Tributária) – Centro
Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Contabilidade – Monografia. 3. Contabilidade Gerencial –
Monografia. 3. Planejamento – Monografia. I. Coelho, Izabel. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 657

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a DEUS por ter me proporcionado mais essa conquista; Aos meus pais João Alves de Lima e Maria da Conceição Oliveira de Lima e ao meu Esposo Roberto Chrystian Ribeiro Barbosa, por acreditarem e incentivarem minhas escolhas, apoiando-me e esforçando-se junto a mim, para que eu suprisse todas elas; À professora Izabel Coelho, pela dedicação em suas orientações prestadas na elaboração deste trabalho, incentivando-me e colaborando no desenvolvimento de meu trabalho.

RESUMO

Em virtude da grande instabilidade vivenciada pelas empresas nos últimos anos, o processo de planejamento tornou-se um instrumento cada vez mais importante no auxílio das tomadas de decisões, procurando se antecipar as possíveis restrições e amenizando seus resultados, quando não auferindo, transformando-os em benefícios. Nesse trabalho, procurou-se contextualizar a importância do Planejamento Tributário como ferramenta na contabilidade gerencial, utilizando-se uma abordagem sistêmica, demonstrando-se a importância dessa ferramenta de gestão. As decisões tomadas pelos gestores são responsáveis pelo cumprimento dos objetivos e da missão empresarial. Dessa forma, quanto mais eficazes forem as decisões tomadas, menores serão os efeitos dos impactos causados, e, conseqüentemente, maior será o grau de cumprimento dos objetivos e da missão empresarial.

Palavras-Chave: Planejamento. Gestão. Tributário.

ABSTRACT

Due to the instability experienced by companies in recent years, the planning process has become an increasingly important tool to aid in decision-making, trying to anticipate the possible restrictions and easing their results when not earning, turning them in benefits. In this work, we attempted to contextualize the importance of tax planning as a tool in management accounting, using a systems approach, showing the importance of this management tool. The decisions taken by the managers are responsible for compliance with the goals and mission of the business. Thus, the most effective decisions are taken, the lower the effects of impacts, and hence the greater the degree of compliance with the goals and mission of the business.

Keywords: Planning. Management. Tax.

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de contribuir com a diminuição dos tributos, as micro e pequenas empresas devem se adaptar a um sistema tributário complexo que traz um alto custo financeiro causando insegurança aos empreendedores, obrigando-as a cumprir metas, devido às obrigações para com o fisco, portanto, as taxas, impostos e contribuições representam uma grande parcela dos custos, aumentando o preço final da mercadoria.

Segundo Pesce (2005, p. 125):

Planejamento tributário significa a construção de um conjunto de operações, consubstanciadas em negócios ou atos jurídicos ou situações materiais que, em relação a outro conjunto de operações, com o mesmo resultado econômico, representa carga tributária menor e, portanto, resultado econômico maior.

Ao debruçar sobre normas que regem o sistema tributário, planejam-se formas de administração com eficácia para tomar decisões que garantam o bom funcionamento do empreendimento. Saber planejar para garantir a eficácia de decisões a serem tomadas é a função da administração tributária da empresa, e papel fundamental do gestor.

O gestor passa a verificar a quantidade de normas que regem o sistema tributário, as leis complementares, as leis ordinárias, os decretos, etc.. Estas leis levam ao acúmulo de tributos, por isso, se verifica as obrigações que a empresa tem que cumprir e se está em dias com o fisco.

O contador exerce um importante papel para o planejamento tributário, conduz a administração das empresas a decidir e dirigir com eficiência as atividades, preparando e encontrando alternativas eficientes para diminuir e melhorar a tributação, resolvendo possíveis problemas que influenciam na gestão dos negócios.

O gestor deve fazer uma administração competente, acompanhando as mudanças que surgem durante o ano fiscal. Através de normas complementares o governo divulga portarias, instruções normativas, atos declaratórios, protocolos e resoluções, que de forma direta ou indireta incidem nas questões tributárias, aumentando ou diminuindo o ônus das empresas.

Portanto, através da análise bibliográfica de diversos autores, este trabalho visa oferecer de uma maneira prática a forma de implantar o Planejamento Tributário nas empresas, com o objetivo de minimizar a carga excessiva dos impostos, analisando de forma eficaz como se dá o planejamento, o papel do contador como gestor, tornando-se um marco norteador para a empresa.

2. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Fundada em 27 de Fevereiro de 2009, Barros e Medeiros Contadores e Consultores Associados, tem como objetivo principal a assessoria contábil e tributária, seguindo os parâmetros legais e em vigor. A evolução tecnológica e econômica vem exigindo cada vez mais de seus profissionais a minimização de custos e despesas e consequentemente a maximização dos lucros. O planejamento tributário caracteriza-se como um dos principais agentes para o sucesso ou não de uma empresa, pois a complexa e elevada carga tributária e todas as mudanças nas Leis Brasileiras as quais serão discutidas neste trabalho.

2.1 OBJETIVOS GERAIS

Analisar se o planejamento tributário em uma empresa de pequeno e médio porte é aplicável ou não.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar, o Planejamento Tributário como ferramenta para tomada de decisão é importante para a gestão das empresas;
- Verificar a importância da aplicabilidade dessa ferramenta na empresa em estudo a fim de obter um melhor resultado;
- Verificar, de acordo com o Planejamento Tributário, como a empresa pode obter melhores resultados econômicos e minimizar o recolhimento de seus Tributos Federais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma melhor compreensão do problema da pesquisa, o presente capítulo aborda resumidamente assuntos acerca do tema, como o planejamento tributário e a sua finalidade, gestão tributária como ferramenta principal do processo, a intervenção do contador, o fato gerador na incidência tributária, a importância da redução de tributos, a necessidade de planejar e o planejamento tributário como fator de competitividade.

3.1. O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Enquanto no Brasil não se implanta uma reforma tributária eficiente o mercado utiliza o Planejamento Tributário para maximizar os lucros e reduzir a carga tributária. Para Malkowski (2000 p. 22). "Planejamento Tributário é o processo de escolha de ação ou omissão lícita, não simulada, anterior à ocorrência do fato gerador, que vise, direta ou indiretamente, economia de tributos."

A finalidade do planejamento é impedir a incidência de tributos, evitando a ocorrência do fato gerador procurando meios para reduzir o montante dos impostos e as alíquotas das quais se baseia o cálculo tributário, variando algumas de acordo com estado e a espécie de serviço, a exemplo têm-se o ICMS que varia entre 04% e 25%.

Para reduzir o ônus tributário a empresa pode adotar medidas que adiam o pagamento do tributo. Por isso, através de medidas gerenciais há meios legais para diminuir a carga tributária, para isso, deve-se buscar na lei medidas que garantam a diminuição do ônus, adotando um sistema de economia fiscal, desde que a empresa esteja com boa saúde financeira e em dias com os tributos, para isso faz estudos analíticos e preventivos para evitar o fato gerador.

Segundo Fabretti. (1998, p. 28):

"O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais onerosas denomina-se Planejamento Tributário. Assim sendo, o planejamento tributário é um recurso disponível para as empresas que procuram reduzir a carga fiscal de forma lícita. A maneira legal chama-se elisão fiscal e a forma ilegal denomina-se evasão ilícita ou sonegação

fiscal, trata-se, portanto, do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos e econômicos de determinada decisão gerencial, com o objetivo de encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte.”

A empresa planeja a economia fiscal para melhorar o lucro, para isso, deve ter fundamento jurídico, sem ações judiciais que a prejudique, deve obedecer ao cronograma de pagamentos, verificando os lançamentos contábeis nos livros, dando importância à escrituração, pois é o suporte para as operações financeiras e atualização dos pagamentos.

A maior finalidade do planejamento tributário é verificar todos os tributos incidentes durante uma operação financeira, aplicando nas empresas a interação entre os departamentos, associando o administrador e o contador para juntos analisarem como implantar um sistema que ajude a diminuir a carga tributária, tomando decisões em conjunto para alcançarem o sucesso desejado.

Cabe ao gestor, auxiliado pelo contador, implantar ferramentas necessárias para garantir a diminuição de tributos, planejando formas com metodologia organizada, verificando a legislação para encontrar na lei a facilidade para administrar a empresa.

Os gestores devem verificar como pode reduzir os custos da empresa, procurando, inclusive, reduzir custos com pessoal e material informativo como: impressos, equipamentos, sistemas de processamento, taxas bancárias, etc., portanto, a empresa deve verificar a utilidade e a necessidade de cada item ou serviço, que incidem na taxa tributária e conseqüentemente no percentual das despesas, que não geram lucros.

Com a globalização, as empresas devem buscar uma gestão tributária eficiente, com capacidade e competência para cumprir as obrigações fiscais e os prazos, evitando multas e juros, buscando soluções legais para favorecer a diminuição dos impostos, comprovando com isso, a necessidade da união entre o gestor e o contador, que passam a obter resultados na redução dos custos tributários da empresa, contribuindo para a diminuição no preço final da mercadoria ou serviço.

3.2. O FATO GERADOR NA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

Para entender como funciona o direito tributário é necessário relacionar as obrigações tributárias com o Estado e os particulares que são sujeitos à tributação, observando a natureza da obrigação que faz surgir o fato gerador previsto na lei, ocorrendo à incidência tributária. Isso torna a empresa um sujeito passivo de obrigações e o Estado o sujeito ativo.

Conceituar obrigação tributária é entender como o Estado torna-se sujeito ativo e exigente das obrigações do sujeito passivo (o contribuinte), baseando-se na Lei Tributária, que assume obrigações no ato da constituição da empresa, tornando-se permanentemente devedora com a Fazenda Pública.

A fonte de obrigação geradora do tributo forma-se no ato do lançamento, formalizando o débito tributário, por isso, os livros contábeis devem estar em dias, para facilitar a sua verificação.

3.3. A IMPORTÂNCIA NA REDUÇÃO DE TRIBUTOS

Para que haja uma redução nos tributos é necessária uma reforma constitucional eficiente, mas enquanto ela não vem, é necessário que os administradores das empresas estudem formas para atenuar a carga tributária que trava o crescimento econômico do país, dificultando os investimentos públicos e privados necessários para a geração de emprego e renda, e dessa forma influenciando diretamente na economia.

Segundo Torres (2000, p. 320-321).

“Tributo é o dever fundamental, consistente em prestação pecuniária, que, limitado pelas liberdades fundamentais, sob a diretiva dos princípios constitucionais da capacidade contributiva, do custo/benefício ou da solidariedade do grupo e com a finalidade principal ou acessória de obtenção de receita para as necessidades públicas ou para atividades protegidas pelo Estado, exigido de quem tenha realizado o fato descrito em lei elaborada de acordo com a competência específica outorgada pela Constituição.”

Enquanto não sai a reforma tributária, o governo edita medidas provisórias, leis ordinárias, portarias ministeriais ou decretos, ajudando a atenuar a carga tributária, que influencia diretamente no crescimento econômico.

Por isso, o contribuinte deve apoiar-se nas leis, sendo auxiliados por consultores competentes, para evitar a ocorrência do fato gerador, percorrendo com cuidado os caminhos que possibilita a economia e incidência de impostos, pagando o valor justo.

No início da abertura da empresa é necessário planejar e escolher o regime de faturamento, que influencia na redução e controle dos impostos, minimizando a carga tributária de acordo com a lei.

Dentre as alternativas de redução de tributos, a empresa pode remanejar e organizar os departamentos, economizando no pessoal e no material, evitando desperdícios, reorganizando a forma do contrato social, substituindo ou reduzindo a retirada do pró-labore por distribuição de lucros, verificando meios que impliquem na redução dos impostos e maximização de lucros.

Desta forma para reduzir os tributos o administrador, no exercício de suas funções, planeja qual é a melhor forma de conseguir o menor ônus tributário possível.

3.4. A NECESSIDADE DE PLANEJAR

A implantação do planejamento tributário nas empresas é feito para analisar e encontrar saídas essenciais para a gestão empresarial.

Ao não implantar o planejamento tributário, o administrador procura meios para omitir o fato gerador, evitando a concretização do ato ou incidência do tributo, caracterizando os procedimentos ilícitos de evasão ou sonegação fiscal, com isso, deixa de cumprir seus deveres como cidadão gerador de emprego e renda.

Para Nogueira (2004, p. 25).

“Dentre os deveres fundamentais do cidadão-contribuinte o principal deles é pagar o justo tributo. O entendimento adequado desta afirmação rejeita simultaneamente os extremismos de um liberalismo que só reconhece direitos e esquece a responsabilidade comunitária dos indivíduos e de um comunitarismo que dissolve a liberdade individual numa rede de deveres tributários.”

Por isso, a empresa deve evitar a sonegação, que prejudica a criação de um planejamento comunitário público. Portanto, é necessário o planejamento tributário e o conhecimento específico da lei de tributos. Deve-se estudar a viabilidade jurídica e empresarial para aplicar procedimentos que gerem a redução dos valores devidos.

A análise jurídica das leis tributárias possibilita mudanças no processo produtivo, na aquisição de matéria-prima e insumos, estruturando mudanças legítimas e eficazes na economia de tributos.

3.5. O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FATOR COMPETITIVIDADE

Para competir, as pequenas e micro empresas, precisam de agilidade e competência, com colaboração dos sócios proprietários, administrador e funcionários, para viabilizar os custos finais da mercadoria ou serviço, que devem ter qualidade o que acarretará na produção e geração de lucros.

Um dos fatores predominante nesse item é a observação e cumprimento dos prazos estabelecidos, conduzindo as empresas a angariar novos clientes. Para isso, o administrador deve planejar a agenda produtiva das empresas, verificando os custos e as necessidades da mesma, para produzir e capacitar o setor produtivo e administrativo, gerando a ampliação do faturamento.

Dessa forma, o planejamento tributário se torna necessário, mesmo não sendo totalmente viável para as pequenas empresas, pois, tem alto custo no ato do contrato dos profissionais, que devem ser competentes e honestos.

Para as pequenas empresas, torna-se viável a contratação de escritórios de assessoria contábil, pois uma empresa de pequeno porte tem que ter qualidade administrativa e operacional, para entrar no mercado competitivo, evitando a taxaço de impostos, planejando os custos iniciais e finais de produtos e serviços, evitando desperdício no produto final, levando-as a prosperidade.

Para competir com as grandes empresas, as pequenas têm que implantar planilhas, verificando preços de matéria prima e serviços, chegando a ponto de reduzir o lucro para ganhar novos clientes.

Por isso o planejamento tributário é necessário e tem que ser bem feito, dando liberdade à busca de menor custo e maiores lucros, para isso, o profissional tem que ser capacitado, conhecedor tanto do direito privado quanto dos direitos

públicos, tenha formação multidisciplinar e apresentar aptidão para criar e adaptar formas que supram as necessidades das empresas, evitando o fato gerador.

Para Torres (2002, p. 05).

“Para se ter uma perspectiva detalhada do futuro, é preciso criar vários cenários relacionados ao que vai acontecer e, para se constituir um planejamento estratégico eficaz, é importante verificar as premissas em que se inclui”.

O gestor deve ter consciência da fórmula de custo benefício, na tentativa de reduzir o fato gerador dos impostos, com sabedoria e habilidade.

4. METODOLOGIA

A função da metodologia é descrever todas as maneiras que irá proceder durante o processo de pesquisa, investigação e elaboração do trabalho.

Segundo LAKATOS (2003, p.12),

“A metodologia é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Método pode ser caracterizado como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permite ao pesquisador alcançar o objetivo. Neste sentido, através do método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”

Dessa forma, a metodologia está diretamente ligada com o objetivo da pesquisa. É o modo com o qual será conduzida a mesma.

4.1. TIPOLOGIA DA PESQUISA

Quanto ao objetivo a pesquisa é descritiva, pois segundo Gil (1999) apud Beuren (2003, p.81), “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de

relações entre as variáveis." Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Quanto ao procedimento a pesquisa é bibliográfica e, também, foi levantado dados por meio de questionário aplicado. Conforme Cervo e Bervian (1983, p.55), pesquisa bibliográfica é a pesquisa que: "explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental".

Para Beuren (2003, p.87):

"no que diz respeito a estudos contábeis, percebe-se que a pesquisa bibliográfica está sempre presente, seja como parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento. [...] podem ajudar o estudante a conhecer o que foi produzido de importante sobre o objeto da pesquisa."

Complementando, Gil (1999, p.70), afirma que pesquisas de levantamento:

"se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados."

Quanto à abordagem a pesquisa é quantitativa. O uso do método qualitativo é muito comum em Contabilidade, pois, a Contabilidade é uma ciência social, portanto nem sempre sendo exata, apesar de lidar com números (BEUREN, 2003). Este uso é ocasionado porque a pesquisa qualitativa importa-se com a busca do comportamento dos acontecimentos. Em contrapeso a este tipo de abordagem, nota-se a abordagem quantitativa, que, segundo Richardson (1999, p.70), "caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples [...] às mais complexas".

4.2. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados é a fase da pesquisa em que se indaga e se obtém dados da realidade pela aplicação de técnicas, para uma pesquisa de campo com o uso de questionários ou entrevistas (Barros 2000).

Segundo Barros (2000) “o questionário é um dos instrumentos de investigação mais usado para o levantamento de informações”. Para um melhor resultado aconselha elaborar um questionário menos exaustivo podendo ser aplicado perguntas abertas e fechadas ou a combinação dos dois tipos.

Para delineamento da pesquisa, foi utilizado um questionário estruturado onde a entidade pesquisada poderá responder questões abertas e fechadas, contendo 05 (cinco) questões específicas sobre a caracterização da empresa e suas possíveis ferramentas utilizadas no tema proposto.

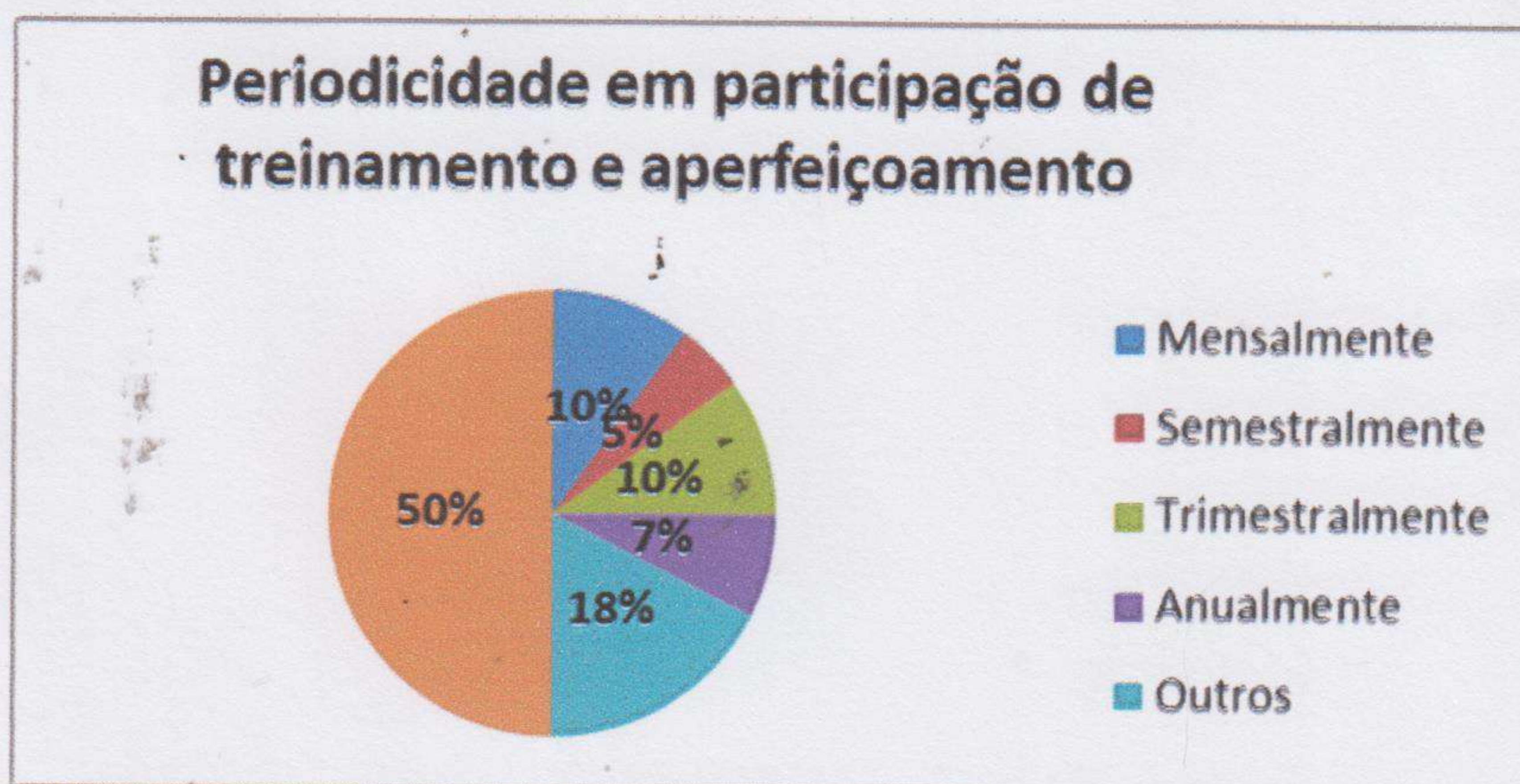
Os dados analisados foram obtidos através de questionário aplicado ao contador da empresa. O questionário está no apêndice.

4.3. ANÁLISE DE DADOS

Os dados analisados foram obtidos através de questionário aplicado à contadora Deusanete Freire de Souza, da empresa DF contabilidade, localizado em Parnamirim, RN no mês de Junho de 2014. A amostra refere-se ao questionário realizado sobre as pequenas e médias empresas e as optantes pelo Simples Nacional.

Será demonstrado através de gráficos os pontos mais relevantes da pesquisa. A amostra refere-se a um quantitativo de 20 empresas nas quais 20 responderam aos questionamentos. Observa-se que a entrevistada é Pós graduada e possui bastante conhecimento técnico na área relacionada a tributos sempre se reciclando, participando de cursos e treinamentos e aperfeiçoando os seus conhecimentos.

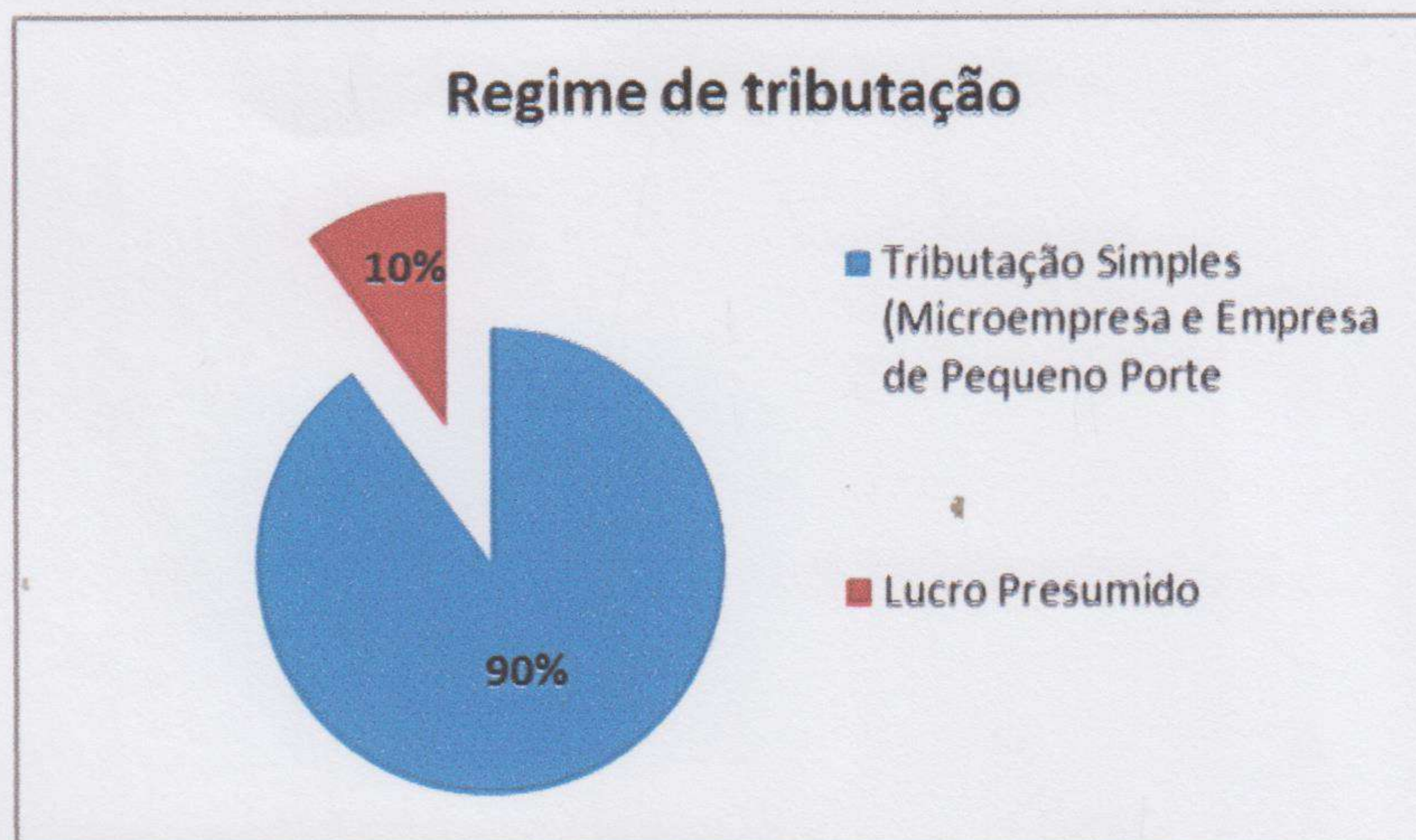
Ilustração 01 - Certificados e diplomas



Fonte: Deusnaide Freire de Souza (2014)

Com relação a Gestão e Planejamento de Tributos a principal forma de tributação utilizada na maioria das empresas é pelo regime de Tributação Simples.

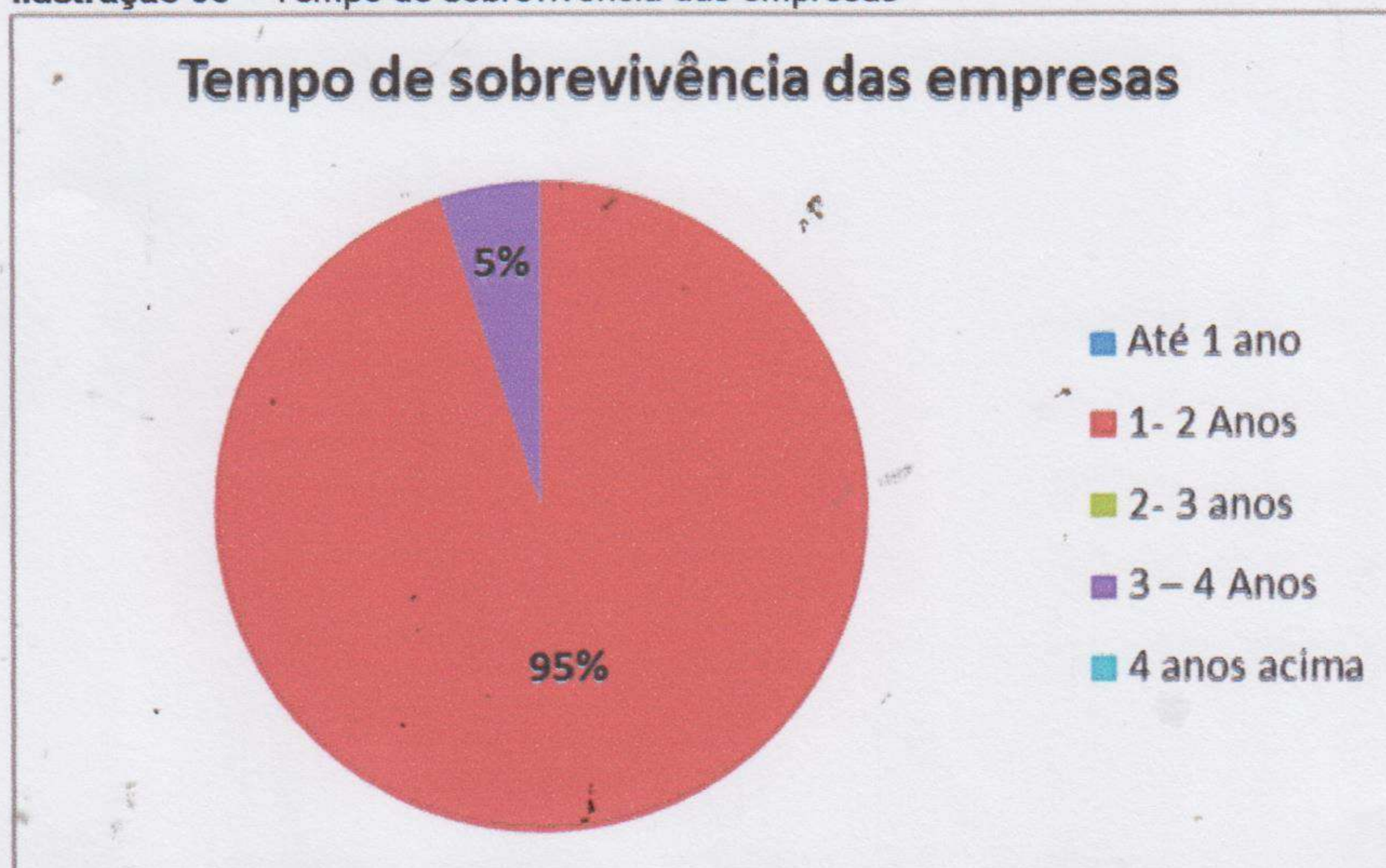
Ilustração 02 – Regime de tributação



Fonte: Deusnaide Freire de Souza (2014)

Podemos elencar que a estimativa de tempo de sobrevivência das Pequenas e Médias Empresas, é que as mesmas permanecem no mercado no máximo até dois anos, em virtude dos altos encargos, dificultando a sua continuidade operacional.

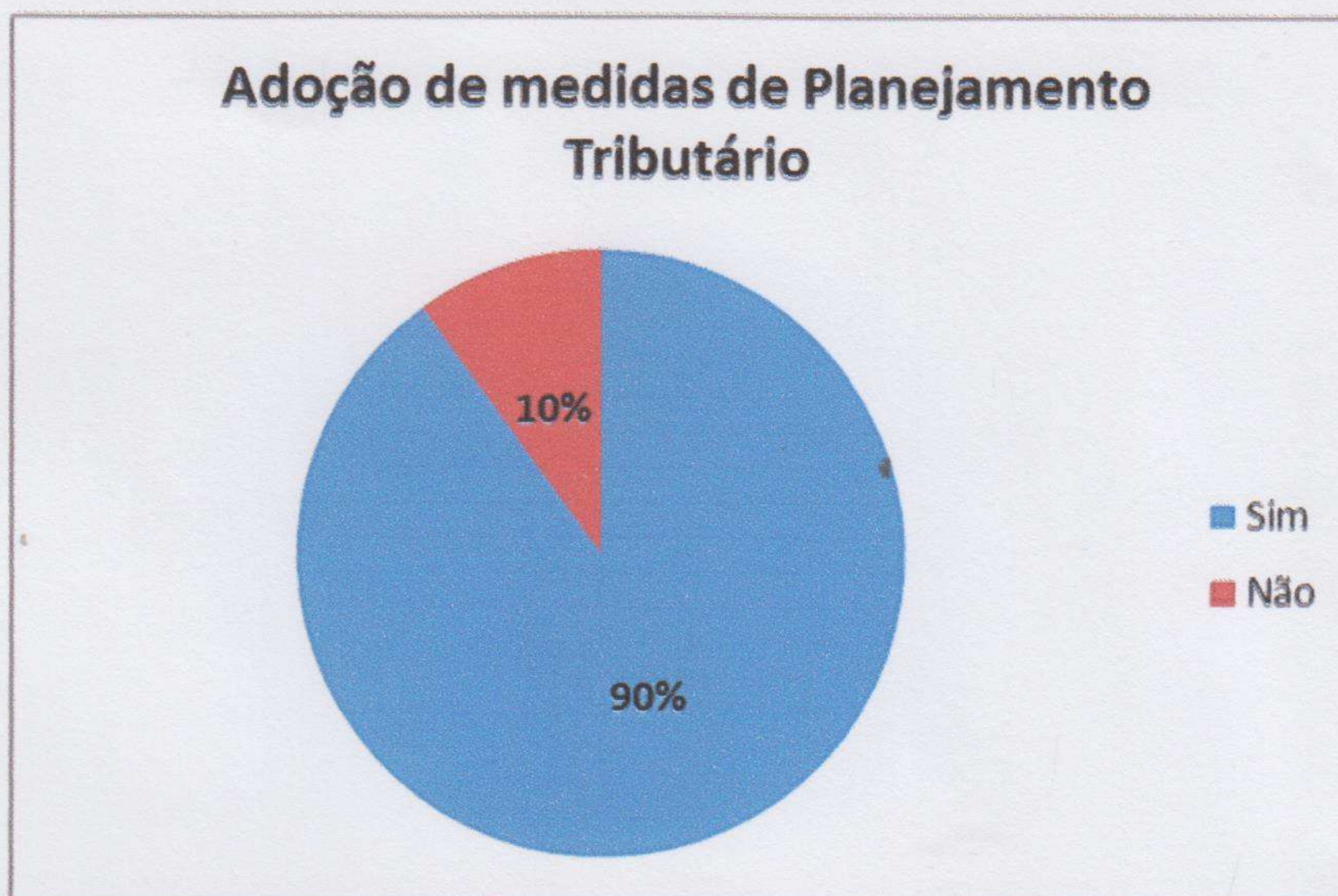
Ilustração 03 – Tempo de sobrevivência das empresas



Fonte: Deusnaide Freire de Souza (2014)

A pesquisa mostra que a em torno de 90% adota medidas de planejamento tributário embora observamos que somente isso não é suficiente para se manterem no mercado.

Ilustração 04 – Adoção de medidas de Planejamento Tributário



Fonte: Deusnaide Freire de Souza (2014)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados levantados e os questionamentos realizados podemos concluir que o trabalho apresentado relatou a importância do planejamento tributário e que a maioria dos micro e pequenos empresários consideram que este tem um papel fundamental e suma importância para a permanência das empresas no mercado. Desta maneira, provida de um eficaz planejamento tributário, ferramenta utilizada na contabilidade gerencial, a empresa pode evitar valer-se de certos ilícitos, que prejudicariam terceiros ou enganariam o fisco. Portanto, podemos definir como uma das soluções a boa dinâmica fiscal de uma empresa, através da sua salutar relação com o Fisco, alcançada através de um eficaz planejamento tributário, relacionado à lucratividade e à rentabilidade proporcionando uma possível redução de imposto. Com a finalidade de reduzir o ônus tributário, o gestor procurará meios na administração que garanta o funcionamento da empresa, cortando custos desnecessários, fazendo da sua administração uma constante busca para a maximização dos lucros. Outra solução é conduzir a empresa na problematização de lançamentos futuros, por isto, devem ter profissionais competentes e hábeis, que cumpram suas funções, dando à devida importância às atualizações dos registros

nos livros fiscais, que dão suporte as operações financeiras, evitando a incidência de multas e juros, cumprindo os prazos.

O contador e o gestor devem se unir para dar a devida importância ao Planejamento Tributário, evitando as evasões fiscais, que só trazem prejuízos futuros, podendo o infrator ser punido com multas, juros e até prisão. Os profissionais devem encontrar meios para discutir e propor programas e projetos que contribuam para a minimização de desperdício de mão de obra e mercadorias que contribuem para aumentar o ônus tributário da empresa. Implantando de maneira preventiva estratégias para racionalizar os custos tributários.

Baseando-se em análises do mercado e nas leis, os gestores devem observar permanentemente os mercados competitivos, facilitando a tomada de decisões com racionalidade e planejamento.

Para minimizar o fato gerador a empresa procura meios legais que reduzam tributos, auxiliada por profissionais competentes, que planejem encontrem alternativas baseando-se na lei, tornando a empresa competitiva e pronta para enfrentar o árduo mercado empresarial.

Dessa forma, conclui-se que através do estudo da situação de cada empresa, conciliada ao conhecimento da legislação, é possível diminuir, em muitos casos, o valor de tributos devidos, sem que incorra-se na infração da legislação tributária. Levando-se em consideração que cada obrigação acessória também possui um custo para a empresa, da mesma forma, será possível trabalhar com a redução de custos optando pelo regime de tributação que possua encargos menores para o contribuinte.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S., **Fundamentos da metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo: Markron Books, 2000.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P., **A Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- FAVERO, Hamilton L. **Contabilidade – teoria e pratica**. Vol. 2 São Paulo: Atlas, 1997.
- GIL, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MALKOWSKI, Almir. **Planejamento Tributário e a questão da elisão fiscal**. Leme: Led, 2000.
- NOGUEIRA, Roberto Wagner Lima. **O Dever Fundamental de Pagar o Justo Tributo**. Revista Justilex. Brasília, v. 3, n. 25, p. 24-25, janeiro 2004.
- OLIVEIRA, Edemir Marques; GRIBL, Camilo. **Repartição dos Tributos: Ninguém Abre Mão de Nada**. Revista Justilex. Brasília, v. 2, n. 18, p. 40-41, junho 2003.
- PESCE, R. A. **Planejamento tributário**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 533, p. 1-5, 2005.
- RICHARDSON, R. J., et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- TORRES, Maria Cândida. **Gestão Estratégica: Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: A Vez do Mestre – Modulo VI, UCAM, 2002.

APÊNDICE - Questionário

**UNI - RN – CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RN
SETOR DE PÓS GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA**

Pesquisa sobre o Planejamento Tributário : Uma ferramenta na Contabilidade Gerencial

(Para receber suas respostas tabuladas, preencha o quadro abaixo)

Empresa: DF contabilidade

Endereço: Av. Rio Madeira ,02

Município: Parnamirim CEP: 59149-000

Responsável: Deusnaide Freire de Souza Cargo: Contadora

INSTRUÇÕES GERAIS

A) Marcar com "X" na(s) opção(ões) mais apropriadas para a sua empresa e preencha o espaço em branco indicado no quesito para as questões abertas.

B) É necessário que o respondente do questionário atue na Gerência de Impostos ou áreas afins;

C) Nas Micros e Pequenas Empresas, o respondente do questionário pode ser o contador autônomo ou escritório contabilidade externa, caso seja o responsável pelos impostos da empresa.

D) Responda apenas um exemplar do questionário por Empresa;

E) O prazo para resposta ao questionário vai até 30 de Junho de 2014;

QUESTIONÁRIO**1. QUANTO AO PERFIL DO RESPONDENTE****1.1 Qual o seu nível educacional?**

- ☐ Superior completo ou em andamento
- ☐ Especialização completa ou em andamento
- ☐ Mestrado completo ou em andamento
- ☐ Doutorado completo ou em andamento
- ☐ Técnico (especificar) _____

1.2 Qual sua principal formação acadêmica

- ☐ Administração de Empresas
- ☐ Contabilidade
- ☐ Economia
- ☐ Advocacia
- ☐ Outros (especificar) _____

1.3 Há quanto tempo exerce função relacionada com tributos? (Anos).

1.4 Sua participação em cursos de treinamento, seminários ou palestras sobre tributos tem ocorrido com que frequência?

☐ Mensalmente ☐ Semestralmente ☐ Trimestralmente ☐ Anualmente

2. QUESTÕES SOBRE GESTÃO E PLANEJAMENTO DE TRIBUTOS

2.1 Qual o regime de tributação adotado pela empresa?

☐ Tributação Simples (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte)
☐ Lucro Presumido
☐ Lucro Arbitrado
☐ Lucro Real Trimestral
☐ Lucro Real Anual.

2.2 A maioria das Micro e Pequenas empresas conseguem sobreviver por mais de 2 anos no ramo nas atividades em que estão inseridas?

☐ Até 1 ano ☐ 1- 2 Anos ☐ 2- 3 anos ☐ 3 – 4 Anos ☐ 4 anos acima

2.3 A empresa contrata serviços de Auditoria Externa?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não aplicável devido ao seu porte

2.4 A empresa tem adotado medidas de Planejamento Tributário, com vistas a otimizar sua carga tributária?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não aplicável devido ao seu porte

2.5 As decisões relacionadas ao Planejamento Tributário são tomadas com a participação de:

☐ Colaboradores e responsáveis pela área
☐ Responsáveis pela área de impostos
☐ Responsáveis pelas áreas, diretores e executivos
☐ Diretores e a Presidência ou Conselho de Administração
☐ Outros- especificar: _____

2.6 As estratégias traçadas no Planejamento Tributário da Empresa têm a participação de empresas de consultorias tributárias?

☐ Permanentemente ☐ Eventualmente ☐ Não utiliza

2.7 A empresa possui assessoria tributária ?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não aplicável devido ao seu porte

RESULTADO DA PESQUISA

Esta enquete foi concebida e tabulada com ajuda da profissional Deusnaide Freire de Souza .

Plano: início 28/06/2014 - encerramento 30/06/2014 às 16h45

Amostra: 20 Empresas.- Respondentes: 15 Quinze pequenas e médias empresas (70%)

1.0 QUANTO AO PERFIL DO RESPONDENTE

1.1 Qual seu nível educacional?

Nível Educacional	Freq.	%
Nível técnico ou inferior	-	-
Curso de Graduação	1	100
Especialização	1	100
Mestrado	-	-
Doutorado	-	-
TOTAL	1	100

1.2 Qual a sua principal formação acadêmica?

Formação acadêmica	Freq.	%
Administração	-	-
Contabilidade	1	100
Economia	-	-
Advocacia	-	-
Outros	-	-
TOTAL	1	100

1.3 Há quanto tempo exerce função relacionada com tributos?

Tempo (Anos)	Freq.	%
Menos de 5	-	-
De 5 a 8	-	-
De 8 a 10	-	-
De 10 a 12	1	100
12 e mais	-	-
TOTAL	1	100

1.4 Sua participação em cursos de treinamento, seminários ou palestras sobre tributos tem ocorrido com que frequência?

Cursos	Freq.	%
Mensalmente	4	20
Semestralmente	2	10
Trimestralmente	4	20
Anualmente	3	15

Outros	7	35
TOTAL	20	100

2 QUESTÕES SOBRE GESTÃO E PLANEJAMENTO DE TRIBUTOS

2.1. Qual o regime de tributação adotado pela empresa?

Regime	Freq.	%
Tributação Simples (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte)	18	90
Lucro Presumido	2	10
Lucro Arbitrado	-	-
Lucro Real Trimestral	-	-
Lucro Real Anual	-	-
TOTAL	20	100

2.2. A maioria das Micros e Pequenas empresas conseguem sobreviver por mais de 2 anos no ramo nas atividades em que estão inseridas?

Tempo Atividade exercida	Freq.	%
Até 1 ano	-	-
1- 2 Anos	19	95
2- 3 anos	-	-
3 – 4 Anos	1	5
4 anos acima	-	-
TOTAL	20	100

2.3. A empresa contrata serviços de Auditoria Externa?

Serviços Audit. Externa	Freq.	%
Sim	-	-
Não	2	5
Não aplicável devido ao seu porte	18	95
TOTAL	20	100

2.4. A empresa tem adotado medidas de Planejamento Tributário, com vistas a otimizar sua carga tributária?

Planejamento Tributário	Freq.	%
Sim	20	100
Não	-	-
TOTAL	20	100

2.5. As decisões relacionadas ao Planejamento Tributário são tomadas com a participação de:

Decisão	Freq.	%
Colaboradores e responsáveis pela área	10	50
Responsáveis pelas áreas, diretores e executivos	-	-
Diretores e a Presidência ou Conselho de Administração	-	-
Responsáveis pela área de impostos	10	50
Outros – especificar	-	-
TOTAL	20	100

2.6. As estratégias traçadas no Planejamento Tributário da Empresa têm a participação de empresas externas de consultorias tributárias?

Estratégias	Freq.	%
Não-resposta	-	-
Permanentemente	-	-
Eventualmente	1	5
Não utiliza	19	95
TOTAL	20	100

2.7 A empresa possui Assessoria tributária ?

Assessoria tributária	Freq.	%
Sim	18	90
Não	2	10
TOTAL	20	100